



FOLHETIM DE GEOGRAFIAS AGRÁRIAS DO SUL

Revista Mutirão

ISSN: 2675-3472



A dimensão educativa na atuação política: as contribuições da CPT para as (Re)Existências camponesas no Sudeste Goiano

Janãine Daniela Pimentel Lino Carneiro¹ 

¹ Universidade Estadual de Goiás (UEG), Morrinhos, GO, Brasil

RESUMO

A territorialização do agrohídronegócio no Sudeste Goiano promoveu mudanças na dinâmica socioespacial, bem como ameaça aos territórios de vida e trabalho dos camponeses. Com a hegemonia do agrohídronegócio surgem os conflitos por terra, água e trabalho, o que forjam as lutas sociais pelo acesso e pela permanência na terra. A partir do trabalho, das práticas socioculturais, das associações, cooperativas, movimentos sociais e pela educação do campo, os camponeses resistem e (Re)Existem na terra, consolidando-se as lutas políticas. Nesse sentido, analisa-se a atuação política e a prática educativa construídas pela CPT em conjunto com os camponeses envolvidos em conflito por terra, na Fazenda Vala do Rio do Peixe em Santa Cruz de Goiás. Acorados na revisão bibliográfica e na pesquisa documental identificaram-se elementos da aprendizagem/formação política dos camponeses imbuídos na luta diante da necessidade de resistirem à ameaça de sua reprodução social e, como isso, constroem as suas (Re)Existências.

Palavras-chave: luta política; educação; CPT; (re)existência camponesa; Sudeste Goiano.

The educational dimension in political action: the contributions of the CPT to peasant (Re)Existences in Southeast Goiano

ABSTRACT

The territorialization of agrohydrobusiness in Southeast Goiás promoted changes in socio-spatial dynamics, as well as a threat to the peasants' living and working territories. With the hegemony of agrohydrobusiness, conflicts over land, water and work arise, which forge social struggles for access and permanence on land. Through work, sociocultural practices, associations, cooperatives, social movements and rural education, peasants resist and (Re)Exist on the land, consolidating political struggles. In this sense, we analyze the political action and educational practice built by the CPT in conjunction with the peasants involved in conflict over land, at Fazenda Vala do Rio do Peixe in Santa Cruz de Goiás. Anchored in the bibliographic review and documentary research, we identified elements of the political learning/training of peasants are involved in the struggle in the face of the need to resist the threat of their social reproduction and, in doing so, build their (Re)Existences.

Keywords: political struggle; education; CPT; peasant (re)existence; Southeast Goiano.

La dimensión educativa en la acción política: las contribuciones de la CPT a las (Re)existencias campesinas en el Sudeste Goiano

RESUMEN

La territorialización de los agrohidronegocios en el Sudeste de Goiás promovió cambios en las dinámicas socioespaciales, así como una amenaza a los territorios de vida y trabajo de los campesinos. Con la hegemonía de los agrohidronegocios surgen conflictos por la tierra, el agua y el trabajo, que forjan luchas sociales por el acceso y permanencia de la tierra. A través del trabajo, prácticas socioculturales, asociaciones, cooperativas, movimientos sociales y educación rural, los campesinos resisten y (Re)Existen en la tierra, consolidando luchas políticas. En este sentido, analizamos la acción política y la práctica educativa construida por la CPT en conjunto con los campesinos involucrados en el conflicto por la tierra, en la Fazenda Vala do Rio do Peixe en Santa Cruz de Goiás. Apoyándonos en la revisión bibliográfica y la investigación documental, Elementos identificados del aprendizaje/formación política de los campesinos están involucrados en la lucha frente a la necesidad de resistir la amenaza de su reproducción social y, al hacerlo, construir sus (Re)Existencias.

Palabras clave: lucha política; educación; CPT; (re)existencia campesina; Sudeste de Goiano.

INTRODUÇÃO

O presente artigo resulta de uma pesquisa construída no âmbito da Especialização em Educação do Campo, vinculada ao Projeto Escola da Terra, na Faculdade de Educação do Campo, da Universidade Federal de Catalão (UFCAT).¹ O artigo foi apresentado no Grupo de Trabalho (GT) 12 – Educação no/do campo, no X Simpósio Internacional de Geografia Agrária (SINGA) em São Paulo, realizado em 2023. A centralidade é analisar as contribuições da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em sua dimensão educativa, nas (Re)Existências camponesas do Sudeste Goiano.

A territorialização do agrohidronegócio² e da mineração em Goiás significou profundas mudanças na dinâmica socioespacial do campo e, por conseguinte, na vida dos camponeses e trabalhadores rurais. As mudanças são evidentes nos territórios, nas paisagens, no ambiente, no trabalho, na cultura. Houve uma intensificação da concentração fundiária, um acirramento na apropriação capitalista da terra, da água e do trabalho, com desdobramentos sobre a questão agrária, a questão hídrica, a questão ambiental e o mundo do trabalho. Os *Povos Cerradeiros*³, a partir da modernização da agricultura, do agronegócio, da mineração e das barragens, bem como dos grandes monocultivos irrigados (hidronegócio) viram seus territórios serem modificados e ameaçados.

¹ Pesquisa orientada pelo professor Dr. Cláudio Lopes Maia.

² O conceito de agrohidronegócio, cunhado por Mendonça; Mesquita (2007) e incorporado por Thomaz Junior (2009, 2010a, 2010b, 2012), refere-se às ações do capital agroindustrial, que se territorializam em diferentes áreas do Brasil, detendo também o controle dos recursos hídricos.

³ Povos Cerradeiros se referem aos sujeitos sociais trabalhadores/produtores que historicamente viveram nas áreas de Cerrado e constituíram formas de uso da terra a partir das diferenciações naturais-sociais experienciando formas materiais e imateriais de trabalho, que denotam relações sociais de produção muito próprias e em acordo com as condições ambientais, resultando em múltiplas práticas socioculturais (MENDONÇA, 2004).

Ao longo do tempo, o que se consolidou nas narrativas e nos discursos hegemônicos e, *desconhecendo*, as contradições inerentes à formação socioespacial é que o campo goiano e seus sujeitos foram hegemonzados pelo agrohídronegócio, restando apenas a agricultura capitalista como forma de existir no/do campo. Entretanto, um olhar mais atento e forjado a partir do contato com as inúmeras experiências consolidadas pelos sujeitos que (Re)Existem no campo do Sul Goiano, sobretudo, na Região Sudeste Goiano (Região da Estrada de Ferro) evidencia que esta visão reducionista precisa ser questionada e desconstruída, pois não se confirma quando se compreende o movimento do real na sua inteireza, reconhecendo-se as contradições e os conflitos latentes.

É necessário contemplar as experiências de Resistência e (Re)Existência forjadas ao longo de todo esse processo, que resultou em um campo com territorialidades múltiplas e diversas. Muitos camponeses têm lutado por seus territórios de vida e trabalho e ajustam a luta cotidiana no sentido de *Resistir, para continuar Existindo*. Entende-se que eles continuam Existindo, mas, a partir da consciência, da coletividade, da organização política, da valorização das práticas socioculturais, mas de forma modificada justamente pela ação política, ou melhor, (Re)Existem. E isso são elementos fundantes na conformação das pautas e agendas políticas tanto no âmbito institucional, nas variadas dimensões do Estado e da organização política de classe, como associações, cooperativas, sindicatos, educação do campo, quanto na esfera dos movimentos sociais, da CPT, da pluriatividade, das feiras livres, do trabalho de ajuda mútua.

Compreender as (Re)Existências camponesas no Sudeste Goiano foi centralidade na pesquisa de Doutorado em Geografia⁴ concluída em 2021. A partir de então, tem-se buscado fortalecer este estudo no Sul Goiano, com ênfase na Microrregião do Meia Ponte, no âmbito do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Campus Sul/Sede Morrinhos. Nas pesquisas, a educação do campo – do ponto de vista institucional – tem se consolidado como um dos instrumentos de fortalecimento dos sujeitos do campo enquanto estratégia de resistência e (Re)Existência camponesa. No entanto, durante as leituras e discussões realizadas na Especialização em Educação do Campo (UFCAT), atentou-se para a atuação dos movimentos sociais também como prática educativa, ou seja, está vinculada à chamada educação em sentido amplo, ou melhor, identificou-se a prática educativa da ação

⁴ Doutorado desenvolvido no Programa de Pós-graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais (IESA) da Universidade Federal de Goiás (UFG) com tese intitulada “As (re)existências camponesas nos territórios hegemonzados pelo agrohídronegócio em Goiás” disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/12585>

política, que modifica a forma de pensar e agir, que altera a ação humana, conforme elucidada Loureiro (1982).

Diante disso, o tema da presente pesquisa é a dimensão educativa da ação política forjada pelos movimentos sociais, com ênfase na atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), no Sudeste Goiano. Para Loureiro (1982), educação é todo processo de aquisição de um modo de pensar e de fazer, em específico na Fazenda Vala do Rio do Peixe em Santa Cruz de Goiás. A Educação é uma dimensão de toda a prática da vida humana. A educação, portanto, é libertada do seu espaço restrito, que é a escola, e colocada na vida, no dia a dia dos homens.

As questões norteadoras da pesquisa são: Há uma dimensão educativa nas lutas pelo acesso e permanência na terra no Sudeste Goiano? Como se consolida a dimensão educativa no processo de (Re)Existência camponesa no Sudeste Goiano? Como é a atuação da CPT nesse processo?

A CPT, que não aceita a nomenclatura de movimento social, mas que, esteve presente na maioria das ocupações de terra em Goiás, fazendo parte do processo de luta pelo acesso à terra. Ademais, a CPT é partícipe também da luta pela permanência na terra, uma vez que tem sido consorte dos sujeitos do campo na batalha pela defesa de seus territórios de vida e trabalho. Como “apoiadora” viabilizou negociações, campanhas para arrecadação de alimentos, participação em feiras livres, composição de associações e cooperativas, bem como, suporte para o acesso às políticas públicas – Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Nacional de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura (Pronaf). Ademais, é atuante na defesa das escolas do campo e nas ações de apoio às comunidades atingidas por barragens, pelo agronegócio e pela mineração.

A partir de suas ações, entende-se que há uma prática educativa forjada pela CPT junto aos sujeitos do campo, uma vez que ao participarem das reuniões, atividades e ações pelo acesso e permanência na terra, estão sendo educados politicamente. Ou melhor, ao edificarem a sua (Re)Existência por meio de movimentos sociais, como a CPT, estão se transformando enquanto sujeitos e por isso, há uma dimensão educativa na luta política.

Segundo Loureiro (1982):

Toda prática política é educativa porque, através dela, as pessoas adquirem ou transformam explicações da vida e novos conhecimentos e habilidades são assimilados. No caso específico de uma luta social, os trabalhadores vivenciam experiências que transformam a si mesmos e a realidade. Disto resulta conhecimento, resulta aprendizagem. Uma luta social concreta apresenta-se como um momento

oportuno de análise das relações pedagógicas estabelecidas entre seus agentes (LOUREIRO, 1982, p. 09).

No caso do conflito entre os camponeses e o grupo DiRoma na Vala do Rio do Peixe esta relação se dá entre a CPT e os camponeses uma vez que esses ao tomarem conhecimento de que sua terra de vida e trabalho está ameaçada pela reivindicação de posse do Grupo em questão, se envolvem na luta, assessorados pela CPT. No decorrer da luta política, são formados e educados de modo a transformarem as suas vidas, tanto no espaço cotidiano, quanto no trabalho e na socializabilidade. Na luta, vivenciam novas experiências, novos conhecimentos, novas aprendizagens. Tomam consciência de seu lugar no mundo, sobretudo, passam a se enxergar como sujeitos históricos e reconhecem a importância da mobilização, da cooperação e da solidariedade. Ademais, passam a conhecer as potencialidades e as fragilidades que os envolvem enquanto classe social. Nesse sentido, entende-se que o conflito e a necessidade da luta, que se constitui também como prática educativa, modificam a sua forma existir, logo os camponeses (Re)Existem. Por isso, a tese de que a luta forjada pelos camponeses da Vala do Rio do Peixe, em parceria com a CPT, se constitui como uma prática educativa que fortalece a (Re)Existência camponesa.

Assim, a centralidade da pesquisa é compreender a dimensão educativa na luta pelo acesso e pela permanência na terra forjada pelos camponeses no Sudeste Goiano, uma vez que esses sujeitos têm resistido e (Re)Existido em seus territórios, com destaque para a atuação da CPT. Em específico, objetiva-se compreender a educação presente na ação política da CPT ao fazer parte do processo de (Re)Existência camponesa na região, nas ações de luta pela permanência na terra e na luta pelo acesso à terra, com destaque para o conflito na Fazenda Vala do Rio do Peixe em Santa Cruz de Goiás.

Para alcançar os objetivos propostos fez-se revisão teórica sobre os conceitos e temas abordados na pesquisa, como hegemonia do agrohidronegócio, (Re)Existência, luta pela terra, dimensão educativa da ação política e movimentos sociais. A pesquisa documental foi realizada nos arquivos da CPT e na Ocorrência *GO983: Faz. Vala do Rio do Peixe/Di' Roma*.

O artigo está estruturado em 4 seções, além da Introdução e das Considerações, sendo: *As (Re)Existências camponesas e a luta pela terra no Sudeste Goiano; Comissão Pastoral da Terra: Atuação no Sul Goiano/Diocese de Ipameri (GO); O conflito na Fazenda Vala do Rio do Peixe em Santa Cruz de Goiás; e, A dimensão educativa na atuação política da CPT*.

As (Re)Existências camponesas e a luta pela terra no Sudeste Goiano

A territorialização do agrohidronegócio⁵ em Goiás significou profundas mudanças na dinâmica socioespacial do campo e, por conseguinte, na vida dos camponeses e trabalhadores rurais. As mudanças são evidentes nos territórios, nas paisagens, no ambiente, no trabalho, na cultura. Houve uma intensificação da concentração fundiária, um acirramento na apropriação capitalista da terra, da água e do trabalho, com desdobramentos sobre a questão agrária, a questão hídrica, a questão ambiental e o mundo do trabalho. Os *Povos Cerradeiros*, a partir da modernização da agricultura, do agronegócio, da mineração, das barragens e dos grandes monocultivos irrigados (hidronegócio) viram seus territórios serem modificados e ameaçados.

Ao longo do tempo, o que se consolidou nas narrativas e nos discursos hegemônicos e, *desconhecendo*, as contradições inerentes à formação socioespacial é que o campo goiano e seus sujeitos foram hegemonzados pelo agrohidronegócio, restando apenas a agricultura capitalista como forma de existir no/do campo. Entretanto, um olhar mais atento e forjado a partir do contato com as inúmeras experiências consolidadas pelos sujeitos que (Re)Existem no campo do Sul Goiano, sobretudo, na Região Sudeste Goiano (Região da Estrada de Ferro) evidencia que esta visão reducionista não se consolida quando se compreende o movimento do real como um todo.

É necessário compreender as experiências de Resistência e (Re)Existência forjadas ao longo de todo esse processo e reconhecer a sua dimensão educativa. O sujeito imbuído na luta, tem a sua relação com a realidade transformada, por isso é preciso reconhecer a dimensão educativa em construção. Muitos camponeses têm lutado por seus territórios de vida e trabalho e ponderam a luta cotidiana no sentido de *Resistir, para continuar Existindo*. Entende-se que eles continuam Existindo, mas, a partir da consciência, da coletividade, da organização política e da valoração das práticas socioculturais, que se constituem como práticas educativas. Esses são elementos fundantes na conformação das pautas e agendas políticas tanto no âmbito institucional, nas variadas dimensões do Estado e da organização política de classe, como associações, cooperativas, sindicatos, educação do campo, quanto na esfera dos movimentos sociais, da CPT, da pluriatividade, das feiras livres, do trabalho de ajuda mútua.

Os camponeses, em suas terras, lutam cotidianamente para se manter nelas. É evidente a sua luta por garantir renda e o sustento da família, ou seja, esses sujeitos (re)constróem estratégias para manutenção em seus territórios. Tais estratégias são encontradas nas associações, nas cooperativas, nos sindicatos, na defesa pelas escolas do campo, pelo acesso

às políticas públicas e no envolvimento com os movimentos sociais. São cotidianamente pressionados pela hegemonia do agrohidronegócio, cujo paradigma é a sua expulsão de seus territórios ou mesmo a maior sujeição da renda da terra.

Quando uma comunidade camponesa se vê diante de uma situação que ameaça a posse de suas terras, como é o caso da Vala do Rio do Peixe, se enxerga diante da aceitação de seu “fatídico destino” ou visualiza na luta a possibilidade de defender seu território, que preconiza a sua reprodução social. Nesse sentido, também é forjado o seu envolvimento com movimentos sociais, nesse caso, com a CPT, que possui um histórico de atuação em Goiás, desde a sua criação em 1975. Esta, por sua vez, passa a instrumentalizar a luta, assessorando na mobilização, na disputa judicial e no fortalecimento da comunidade. Uma vez inserida na luta política, em todas as suas estratégias, a comunidade tem a sua realidade transformada a partir dos conhecimentos e das experiências construídas. É nesse sentido que se compartilha da tese de Loureiro (1982) ao considerar a dimensão educativa na prática política, com base na ação da CPT junto aos camponeses envolvidos no conflito.

Vale destacarr que os índices econômicos, a tecnificação, a verticalização da produção, assim como a modernização do território não são a única face da paisagem goiana. É preciso considerar as contradições, as territorialidades camponesas e as diferentes práticas de (Re)Existências, para não invisibilizar os conflitos existentes, sobretudo, da atuação política dos trabalhadores, construídas cotidianamente para sua reprodução social. É preciso se atentar às processualidades históricas da formação do território goiano, aos efeitos do desenvolvimento geográfico desigual e combinado e às práticas políticas e socioculturais dos trabalhadores do campo – e nas cidades -, assim como dos demais sujeitos que atuam nesses espaços.

No caso em questão, há um conflito, uma disputa. Dentre os sujeitos que atuam, estão os empresários do agronegócio, como é o caso do Grupo D’Roma - que mesmo tendo a atividade turística e hoteleira como principal vetor de atuação, também possui investimentos agrícolas – a comunidade camponesa da Vala do Rio do Peixe e a CPT, como agentes que revelam essa diversidade no campo inerente ao Sudeste Goiano. Ao buscar mecanismos de fortalecimento da comunidade para o enfrentamento à ofensiva do grupo capitalista, o movimento social modifica essa comunidade, que passa a construir uma nova realidade, reinventada pela/na luta política. Novamente, aqui se justifica a tese de que a resistência da comunidade foi/é consolidada pela luta política e que ao fazer isso, ou melhor, ao Resistir para continuar Existindo, (Re)Existem. Ao se aliarem ao movimento social, ao terem suas

práticas socioculturais e identitárias fortalecidas, ao promoverem a pluriatividade e acessarem às políticas públicas e se organizarem para reivindicar a posse de suas terras, inclusive judicialmente, modificam o seu saber fazer, modificam a sua relação entre si e com o mundo, ou seja, forjam uma nova realidade, e isso é a dimensão educativa da luta política.

Para Mendonça (2012), a permanência das práticas socioculturais cerradeiras movidas pela ação política transformadora (luta pela terra, pela reforma agrária, pela água etc.), permite apontar o conceito de (Re)Existência enquanto um processo de permanência, modificada por uma ação política que se firma nos elementos socioculturais, formatando espacialidades como condição para continuar (Re)Existindo.

Nascimento; Mauro; Mendonça (2017) ressaltam que mesmo que haja o domínio hegemônico do capital sobre o território, designando o que denominam de territórios do capital, é preciso considerar que também vive neste mesmo território a sua contradição viva, materializada nos trabalhadores da terra, que com suas diversas formações, identidades e nomenclaturas (camponeses, agricultores familiares, quilombolas, indígenas, ribeirinhos), resistem para continuar construindo territórios de vida. Diante disso, destacam quatro desafios na construção das (Re)Existências:

a- **Organização social e política** – para que os trabalhadores possam ser efetivamente sujeitos da sua própria história é fundamental que desenvolvam capacidade de organização própria. Sem preocupação com essa ou aquela forma organizativa específica, quer seja, em suas comunidades e associações, como também nos sindicatos, movimentos sociais ou partidos políticos. [...] b- **Mudança no modelo produtivo e tecnológico** [...] é uma necessidade buscar formas de produzir quantitativa e qualitativamente distintas e adequadas a uma diferente alocação de fatores, respeitando as restrições ambientais de acordo com cada formação, solo, relevo, etc., e onde a biodiversidade seja considerada uma potencialidade e não um entrave à produção. Entendemos, que esse novo modelo é possível com a diversificação das atividades produtivas e a adoção da Agroecologia [...] c- **Cooperação na produção** – considerando as restrições tanto de terras, quanto em matéria de infraestruturas (estradas, água, energia elétrica etc.) e também de capital para investir na produção, torna-se difícil pensar em saídas individualizadas que possam dar conta de resolver os problemas da coletividade. Por isso, consideramos fundamental juntar as forças a fim de potencializar as capacidades, organizativas e produtivas dos agricultores. É preciso buscar e adequar diferentes formas organizativas (cooperativas, associações, condomínios, núcleos de produção etc.) para que promovam maior divisão de trabalho e incorporação de tecnologias sociais, elevando tanto a produtividade do trabalho, quanto a produtividade física da terra, permitindo processos de verticalização da produção que agreguem valor aos produtos e estimulem a busca de canais diretos de comercialização [...] d- **Educação do Campo e Cultura** – é primordial promover o resgate e a valorização dos saberes e das práticas dos sujeitos da terra, atribuindo novos

significados, a partir de novas temporalidades e das novas práticas organizativas e produtivas que se reconstruem no cotidiano que se traduzem em novos modos de vida [...] (Nascimento; Mauro; Mendonça, 2017, p.79-80).

Nascimento; Mauro; Mendonça (2017) também chama a atenção para a contradição expressa nas Resistências e (Re)Existências construídas de diferentes formas e contextos. As Resistências, na luta dos Sem Terra que com suas ocupações e acampamentos colocam na ordem do dia a necessidade e atualidade da Reforma Agrária. A (Re)Existência, na lida diária e na organização de assentados, camponeses, quilombolas, indígenas de diferentes etnias que buscam resistir em seus territórios e com diferentes estratégias pressionam por outro modelo de desenvolvimento no qual as políticas públicas primem pelo bem viver e que realmente cheguem para todos de forma efetiva.

Entende-se que os camponeses do Sudeste Goiano também têm a centralidade da (Re)Existência em seus territórios e, portanto, na terra, tal como pontua Porto-Gonçalves (2009). O sentimento de pertencimento, conforme evidencia Rigonato (2017), também está presente entre eles. A luta pela terra e por seus territórios é uma das formas de (Re)Existência forjada por esses sujeitos, conforme Mendonça; Mesquita (s/d) e Mesquita; Mendonça (2016). Os elementos estruturados por Nascimento; Mauro; Mendonça (2017) sobre a organização política, a mudança no modelo produtivo, a cooperação na produção e a educação do campo também auxiliam na compreensão das (Re)Existências dos camponeses na região. Ademais, é notória a dimensão educativa nas práticas políticas engendradas por esses sujeitos, conforme ressalta Loureiro (1982), ao (Re)Existirem.

Sobre a dimensão educativa na (Re)Existência é preciso se atentar a concepção de educação. Ao desenvolver a análise da relação do campesinato e do Partido Comunista Brasileiro (PCB) na Luta do Arrendo em Orizona (GO), Loureiro (1982) destaca a importância de reconhecer a educação em seu sentido amplo. Para a autora a educação não se dá apenas nas escolas institucionalizadas, mas a prática das igrejas, da imprensa, dos sindicatos, dos partidos políticos, da família e outras mais também são educativas, mesmo que frequentemente fiquem fora dos registros educativos. Nesse sentido, afirma:

[...] educação é, antes de tudo, formação da consciência, aquisição de conhecimento do real, aquisição essa que se faz em sociedade. Os homens educam-se, adquirem consciência, na relação que estabelecem entre si e com a natureza em condições concretas de vida. A educação, portanto, faz-se em diferentes práticas, não somente na prática escolar. [...] Segundo o pensamento dominante na sociedade, educação significa estudo; a educação escolar é, pois, o tipo hegemônico na sociedade, mas não é o único (LOUREIRO, 1982, p. 18-19)

Ao ingressarem na luta política em defesa de seus territórios de vida e trabalho, os camponeses, constroem as suas estratégias de luta para resistirem e ao mesmo tempo (Re)Existem. Uma das formas de luta política são os movimentos sociais. Segundo Oliveira (2005)

Os movimentos sociais de luta pela terra começaram a ser gestados muito antes da implantação do regime militar de 1964 no Brasil. É no resgate das lutas coletivas, muitas vezes, escondidas nos meandros da história oficial, que se pode encontrar o embrião da luta pela terra e pela reforma agrária (OLIVEIRA, 2005, p. 47)

Ainda em conformidade com Oliveira (2005), a luta pela terra e os movimentos sociais permaneceram no País durante o regime militar - mesmo sendo durante combatidos - na Nova República e durante o governo Fernando Henrique. A esse respeito assegura que:

A história mostrou que não foi possível negar o movimento camponês, e os acampamentos, as ocupações de terra, os conflitos no campo, os assentamentos rurais têm evidenciado a continuidade do movimento de luta pela terra e pela reforma agrária no País (OLIVEIRA, 2005, p. 68).

Os camponeses, com sua resistência e seu projeto de utilização da terra, conflituam diretamente com interesses do grande capital, como os seus setores mais avançados e mais modernos. Ao capitalismo não interessa a expulsão dos camponeses da terra, pois é melhor apropriar-se deste território para a expansão de seus interesses. Aos movimentos sociais, tais como, os Movimentos Camponeses do Brasil, de modo especial os integrados na Via Campesina⁶, cabem olhar com atenção para este novo momento de luta de classes no campo. O campo, de modo especial o espaço rural brasileiro, desperta enorme *cobiça* aos donos do capital. As disputas no campo não são mais simples disputas entre o fazendeiro latifundiário e os camponeses sem terra. Disputa-se muito mais. O campo brasileiro é o espaço, o território em que o capital pode investir e garantir seu processo continuado de reprodução, ampliação, concentração e centralização (GÖRGEN OFM, 2004).

Para Fabrini (2008) a resistência camponesa é mais ampla que as lutas organizadas em movimentos sociais, uma vez que se verifica um conjunto de relações assentadas no território que se erguem como resistência à dominação do modo de produção capitalista. Dentre elas, identifica-se a produção para autoconsumo, a autonomia e o controle do processo produtivo, a solidariedade, as relações de vizinhança e os vínculos locais. “Por isso há que se atentar para

⁶ A Via Campesina é um movimento internacional que coordena organizações camponesas de pequenos e médios agricultores, trabalhadores agrícolas, mulheres rurais e comunidades indígenas e negras da Ásia, África, América e Europa. Disponível em: <http://www.social.org.br/cartilhas/cartilha003/cartilha012.htm>. Acesso em: 21 de março de 2013.

essas práticas, pois poderão ser somadas a outras lutas na construção dos enfrentamentos à ordem dominante, expropriatória e desumana” (FABRINI, 2008, p. 239-240).

Na realidade, “destaca-se no processo de construção de resistência, a partir de forças locais, um conjunto de ações de conteúdo político, econômico, cultural, ambiental, costumeiro, etc.” (FABRINI, 2008, p. 260). Os camponeses mesmo estando fora dos movimentos sociais desenvolvem um conjunto de manifestações e práticas que garantem a sua existência e incomoda a parcela dominante da sociedade que não lhe reconhece como sujeito e classe social.

A pesquisa que ora se apresenta se atém à análise da dimensão educativa da prática política que envolve os camponeses da Vala do Rio do Peixe e a CPT – que é um movimento social – diante do conflito pela posse da terra com o Grupo D’Roma, todavia o alerta de Fabrini (2008) demonstra a amplitude da Resistência camponesa enquanto classe, que ao ingressar na luta modifica em si e modifica a realidade a qual está inserida.

Para Loureiro (1982)

Numa luta social há aquisição de conhecimentos: as classes em luta adquirem um saber que não tinham antes; isto é aprendizagem, é educação. As lutas sociais são, pois, eminentemente educativas. A relação que o Partido, num momento da luta, estabelece com a Classe que representa também é educativa. É uma relação educador-educando. Ambos estão inseridos e desafiados por uma situação problema onde soluções devem ser buscadas e, por isso, novos conhecimentos são adquiridos. Neste processo de aprendizagem, cabe especialmente ao Partido o papel de Educador, no sentido de coordenador do processo. [...] A luta social, portanto é uma prática político-pedagógica e a relação do Partido com a Classe nessa luta é também uma relação político-pedagógica (LOUREIRO, 1982, p. 16).

No caso em questão há aquisição de conhecimentos, os camponeses enquanto classe adquirem saberes que não tinham antes e aprendem, portanto, há educação. A relação que o movimento social estabelece com a classe também é educativa. Ocorre uma luta social, por conseguinte é uma prática político-pedagógica. No próximo item, será apresentada a atuação da CPT no Sudeste Goiano, especificamente na Diocese de Ipameri (GO).

Comissão Pastoral da Terra: Atuação no Sudeste Goiano/Diocese de Ipameri (GO)

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) foi criada em junho de 1975, num encontro de Bispos e Prelados da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), realizado em Goiânia (GO). Surgiu como uma resposta à situação vivenciada por

trabalhadores rurais, posseiros, peões e demais sujeitos da terra, sobretudo na Amazônia, explorados em seu trabalho, submetidos às condições análogas ao trabalho escravo e expulsos das terras que ocupavam, mediante a expansão dos interesses dos latifundiários e das empresas capitalistas, principalmente nos biomas Cerrado e Amazônia.

Ao longo do tempo, se estendeu por todo o Brasil apoiando e subsidiando as demandas dos sujeitos que vivenciavam ao processo de desterritorialização dos *territórios de vida* - protagonistas de suas histórias - para sua organização coletiva, diante de suas diferentes necessidades, conflitos e lutas (CPT, 2020). Em cada região do país, a ação e atuação da CPT adquiriu uma plasticidade a partir das demandas locais/regionais, em conformidade com os desafios que as realidades apresentavam.

No âmbito nacional os eixos norteadores das ações da CPT são Água, Direitos Humanos, Diversidade Camponesa e Um olhar para o futuro. Sobre a água, o foco é a sua defesa como um direito social e o meio ambiente. Nesse ínterim, denunciou “[...] a destruição de nascentes, a poluição pelos agrotóxicos e pela ação das mineradoras [...] cunhou o termo *hidronegócio* para expressar a tentativa do capital de tornar a água uma mercadoria igual às outras” (CPT, 2020).

No eixo Direitos Humanos estão preconizadas ações em defesa da posse da terra, o direito à água e ao trabalho em condições dignas, combatendo o trabalho em condições análogas à escravidão. Em 1997, a CPT criou a “Campanha Nacional de Combate ao Trabalho Escravo: De Olho Aberto para não Virar Escravo”. Incorporou ainda, na sua luta pelos direitos, os direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais (DHESCA), mantendo relações estreitas com diversas entidades de direitos humanos. Criou também o Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, que registra os conflitos em que os sujeitos do campo estão envolvidos e a violência que sofrem. Com isso, publica um relatório anual denominado Conflitos no Campo Brasil (CPT, 2020).

No eixo Diversidade Camponesa, a CPT desenvolve o acompanhamento às Comunidades Camponesas, percebendo e fortalecendo a rica diversidade de tradições e culturas dos povos do campo. Assim, identificou a diversidade camponesa e a necessidade de desenvolver estratégias corresponde a cada uma dessas Comunidades, tais como: indígenas, quilombolas, posseiros, extrativistas, seringueiros, faxinalenses, geraizeiros, camponeses de fundo e fecho de pasto, retireiros do Araguaia, assentados, ribeirinhos, acampados, sem-terras, atingidos pela mineração, atingidos pelos grandes projetos, camponeses tradicionais, atingidos por barragens, migrantes, pequenos agricultores, juventude camponesa, coletivos de mulheres

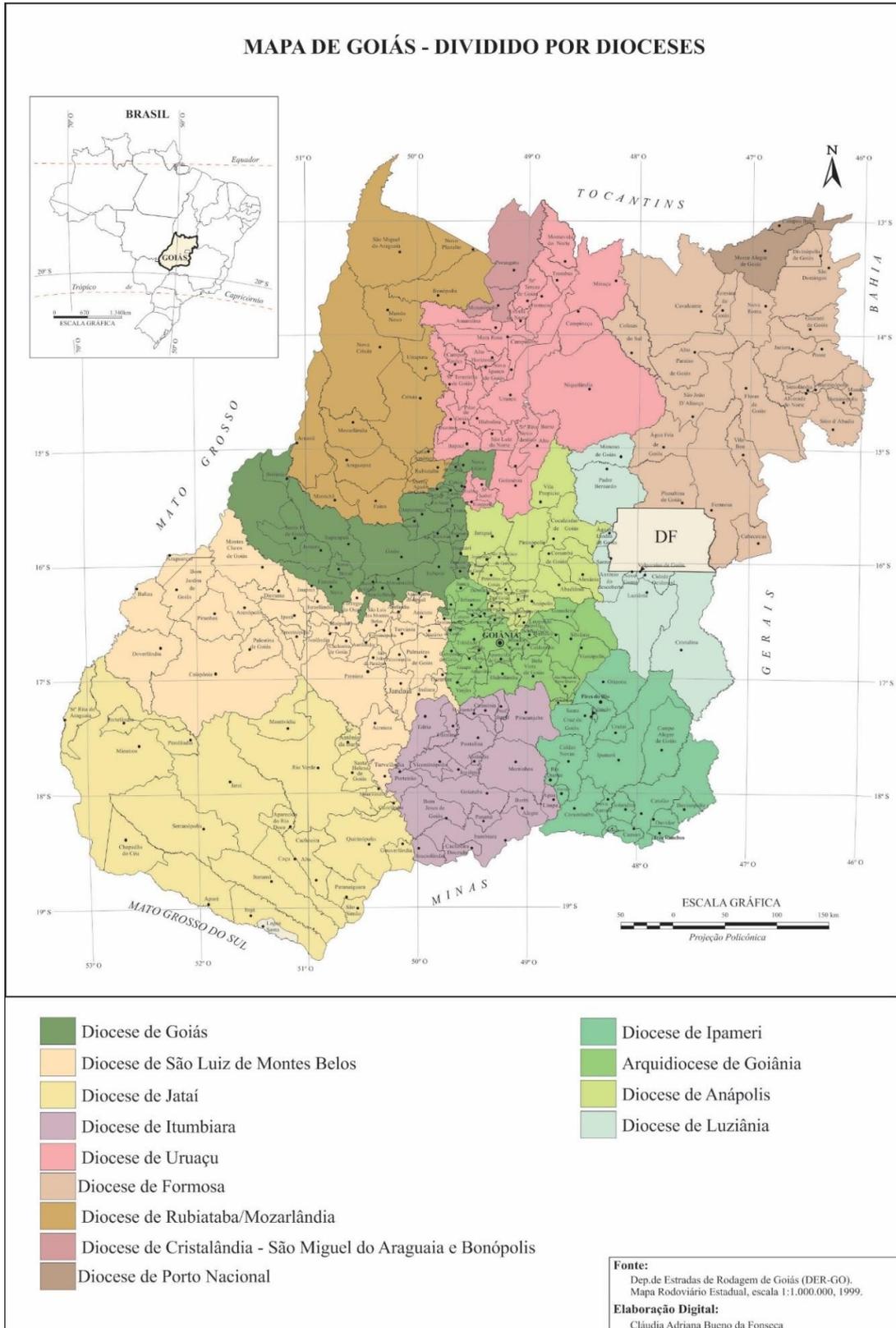
e outras. O esforço foi/é de contemplar essa diversidade e fortalecer ações juntamente com esses grupos.

[...] mereceu destaque especial tanto a organização da produção, quanto sua comercialização. Mas não qualquer produção. Precisava ser saudável, com respeito ao meio ambiente numa convivência respeitosa com os diversos ecossistemas e no combate ao desmatamento indiscriminado, às queimadas e ao uso de agrotóxicos. Nesta lógica, foi sendo trabalhada a produção orgânica, a agroecologia, o resgate das sementes tradicionais ou crioulas (CPT, 2020).

No que se refere ao planejamento para ações futuras, a CPT tem o intuito de reafirmar a sua espiritualidade e seu caráter pastoral; o fortalecimento das comunidades e seu protagonismo, a denúncia das ações que privilegiam o capital, em detrimento dos direitos das comunidades camponesas; a construção das relações sociais de poder e gênero, de valorização e libertação da mulher camponesa e de fortalecimento de iniciativas da juventude camponesa; E, o desenvolvimento de formações que contribuam no fortalecimento da CPT e das comunidades (CPT, 2020).

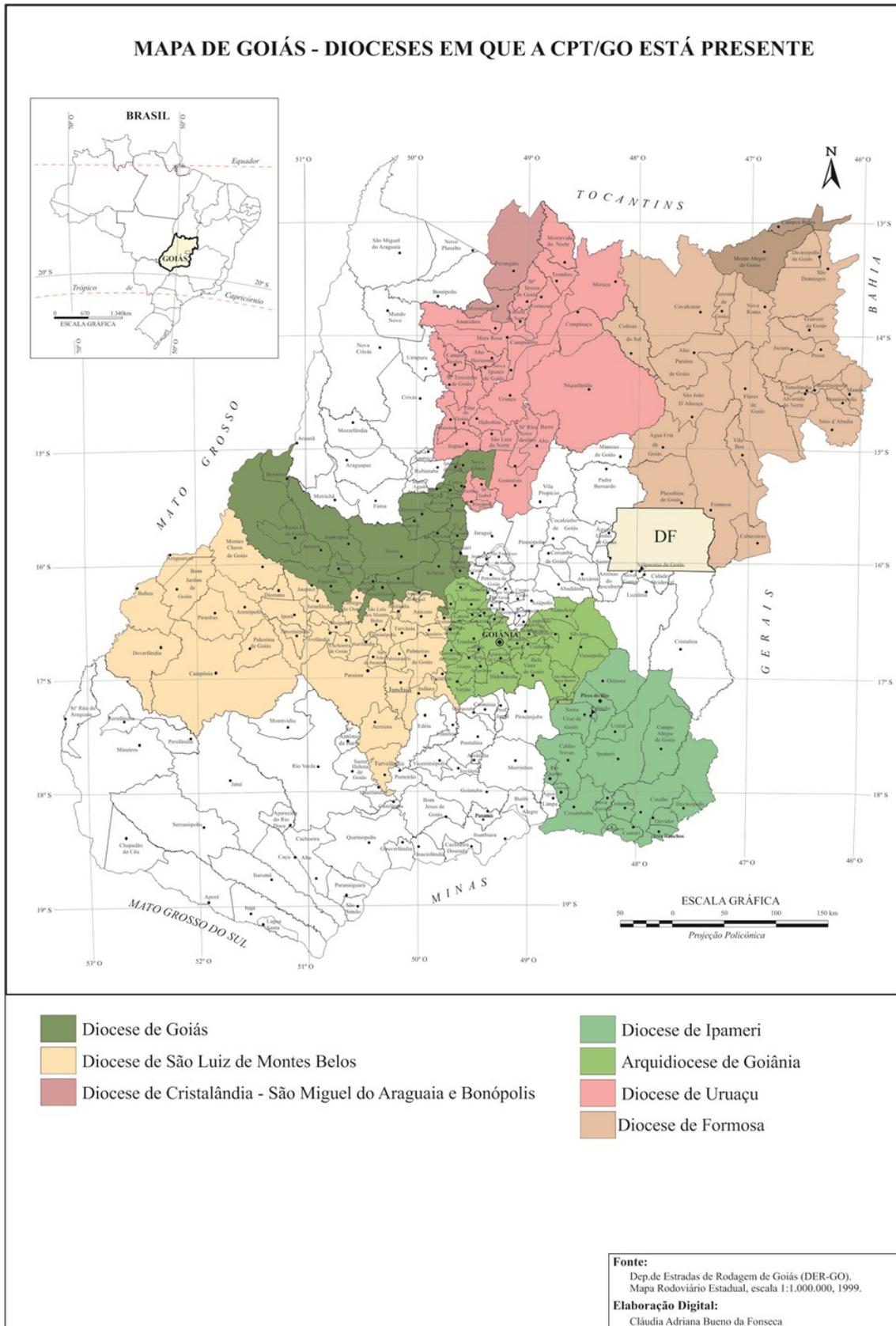
O Mapa 1 mostra as Dioceses no Estado de Goiás. O Mapa 2 evidencia a atuação da CPT, demonstrando a relevância das ações pastorais (sociais, políticas, jurídicas) desenvolvidas a favor das populações, historicamente, excluídas dos direitos a existência. A área territorial da Diocese de Ipameri, contempla 19 municípios, a maioria, localizados na área da pesquisa e que vivenciam, nas últimas décadas, a expansão das monoculturas, das hidrelétricas, das mineradoras (Catalão e Ouidor) que ocasionam disputas territoriais, pois os efeitos desses empreendimentos têm sido destacados nas ações e lutas dos atingidos pela mineração, pelas barragens, pelo agrohidronegócio.

Mapa 1 - Goiás em Dioceses



Fonte - CPT, 2020.

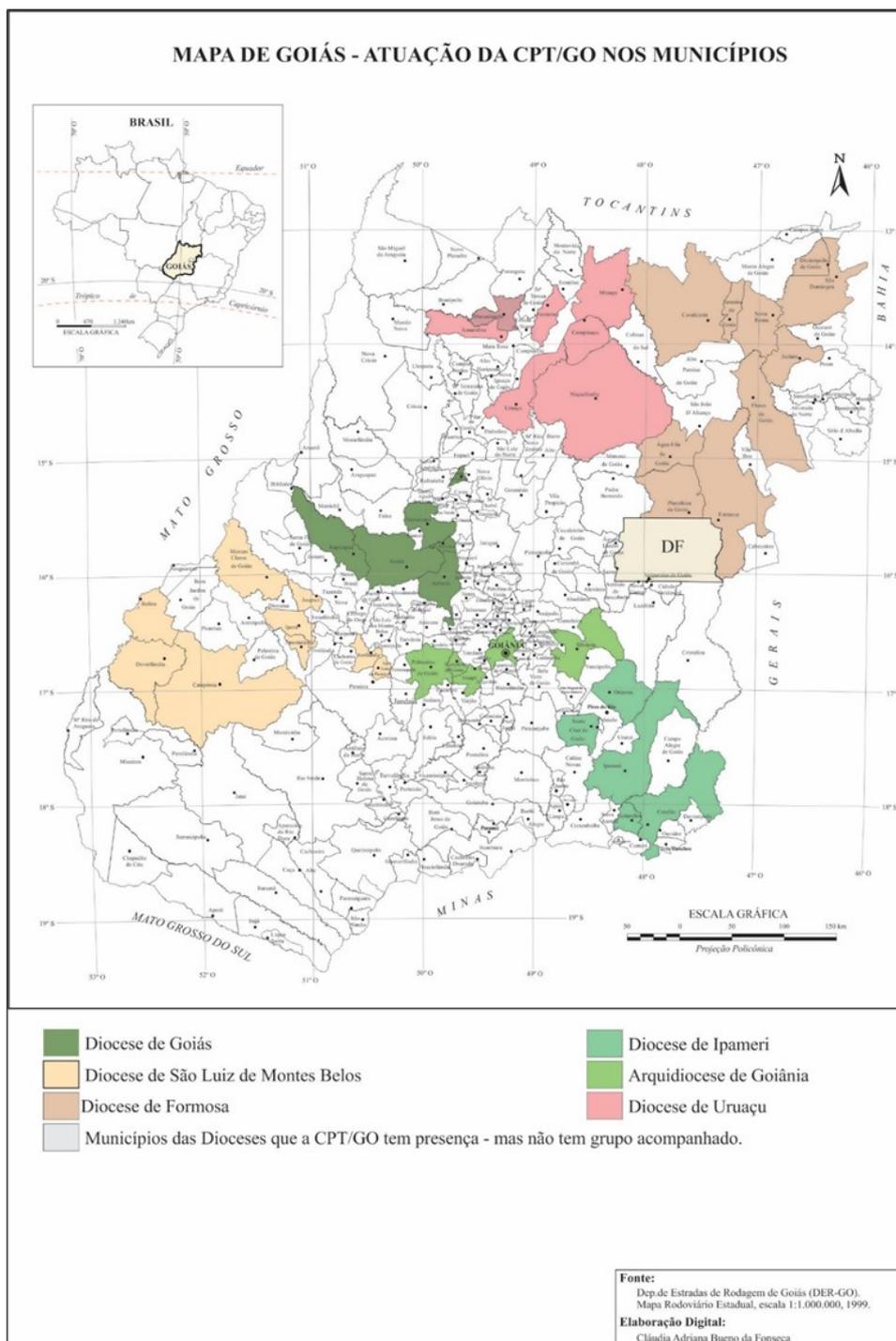
Mapa 2 - Dioceses em que a CPT está presente em Goiás



Fonte - CPT, 2020

No ano de 2019, a Comissão Pastoral da Terra atuou diretamente nos municípios de Orizona, Santa Cruz de Goiás, Ipameri, Goiandira, Catalão, na Diocese de Ipameri. No Mapa 3 estão representados os demais municípios goianos atendidos nas Dioceses de Goiás, São Luiz de Montes Belos, Formosa, Ipameri, Goiânia e Uruaçu.

Mapa 3 - Atuação da CPT nos municípios goianos.



Fonte - CPT, 2020.

No Sudeste Goiano, diversas ações foram desenvolvidas, destacando-se no município de Orizona as seguintes atividades: produção agroecológica de alimentos destinados principalmente à venda institucional; quintais agroecológicos, vinculados a diversificação da produção; aproveitamento de frutas sazonais para a produção de polpas, garantido mais renda, sobretudo, para as mulheres; formação de grupos de mulheres para a produção de alimentos minimamente processados; implantação do Projeto de Energia das Mulheres da Terra (Kit bomba solar e biodigestor); recuperação de nascentes e defesa do Cerrado; avaliação participativa do solo; processamento do açafrão e derivados da mandioca; extrativismo no Assentamento Cooper-flor, região da Posse; e, oficina de preparo de fitoterápicos na Escola Família Agrícola de Orizona (EFAORI) com o Projeto Plantando Saúde.

Em Santa Cruz de Goiás a CPT construiu as seguintes ações: extrativismo de frutas do Cerrado, tais como Baru, Pequi, Mangaba; produção de verduras, legumes, frangos para comercialização nas feiras livres locais e em Caldas Novas; início da implantação do Projeto de Gado de Corte assessorado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR); formação específica para mulheres, tais como Bem Viver e outros temas; recuperação de nascentes; implantação de quintais agroecológicos; e, acompanhamento das famílias no processo judicial na Comunidade do Vale do Rio do Peixe (Santa Cruz de Goiás/Caldas Novas), entre posseiros e Deputada Federal Magda Mofatto.

Em Ipameri, as ações da CPT são desenvolvidas no Pré-assentamento Ana Ferreira com o acompanhamento de conflitos por terra e água (iniciado em 2016), planejamento da produção de alimentos e capacitação sobre plantas medicinais e extrativismo. O destaque é a produção de sementes crioulas.

Já no Assentamento Olga Benário tem-se o projeto de trator e implementos para fins de melhorar os meios de produção, assessoramento na venda institucional, recuperação de nascentes e participação na consolidação do Assentamento, junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para o acesso aos programas de moradia, rede de energia elétrica, créditos e corte de parcelas, por exemplo.

No município de Catalão, a CPT atuou/atua frente às seguintes ações: acompanhamento das Comunidades Camponesas impactadas pela mineração; acompanhamento das famílias judicializadas no processo de desapropriação em função da atividade mineradora; recuperação de três nascentes mais duas mapeadas para início das atividades; acompanhamento do Acampamento Oziel, na região do Distrito de Santo Antônio do Rio Verde; debate e planejamento da produção de alimentos saudáveis; formação social e

política junto às famílias; inserção de alguns produtos das famílias para venda institucional; estudo e diagnóstico para acompanhamento de 140 famílias impactadas pela Hidrelétrica Serra do Facão.

Em 2018, realizou-se nas Comunidades Macaúba e Custódia em Catalão (GO) um mutirão para plantio de mudas e recuperação de nascentes. A ação contou com a participação da CPT, de professoras do Curso de Geografia de Universidade Federal de Catalão (UFCAT), do Grupo de Trabalho (GT) dedicado ao estudo e às ações necessárias para mitigar os impactos da mineração em Catalão, da Comunidade Macaúba e militantes da causa.

No planejamento das atividades para o ano de 2020 na Diocese de Ipameri, a CPT apresentou os seguintes eixos de trabalho: Reforma agrária; Cerrado; Agroecologia; e, Mulheres e Jovens. No que tange à Reforma Agrária, pretende-se desenvolver formação para o grupo de agricultores com o Tema Romaria da Terra e das Águas e acompanhar os dois Acampamentos existentes no território da Diocese como estratégia para o fortalecimento das ações de luta pela terra, bem como, visitar e incentivar os agricultores das comunidades tradicionais a permanecerem na terra, promovendo e fomentando formas de organização social para o acesso às políticas públicas, para a produção de alimentos saudáveis - ambiental e socialmente - e para a comercialização em feiras livres locais e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

No eixo Cerrado, a CPT propõe divulgar a Campanha em Defesa do Cerrado em todos os grupos acompanhados e eventos da Diocese, implantar viveiros para a produção de mudas nativas e frutíferas na Comunidade Macaúba, realizar oficinas sobre plantas para o cuidado com a saúde, realizar ações de proteção e recuperação de nascentes no cuidado com a água e com a Casa Comum, incentivar e acompanhar a coleta de sementes nativas do Cerrado, incentivar o extrativismo sustentável de frutos como fonte de renda nas Comunidades Vale do Rio do Peixe, Assentamento Cooper-flor, Pré-Assentamento Ana Ferreira e Campo Limpo em Pires do Rio e Acampamento Oziel Alves em Catalão.

Já no eixo Agroecologia, a CPT pretende intensificar a formação sobre este modelo produtivo nos grupos já acompanhados, como forma de preconizar a conscientização sobre sustentabilidade ambiental e social, além de encorajar a produção para comercialização nas feiras livres locais e nas diferentes instituições. Nesse sentido, trabalhar com as famílias a importância da diversificação da produção fortalecendo parcerias com instituições de ensino e capacitação, tais como, a Universidade Estadual de Goiás (UEG) e ainda, estimular a venda institucional e pensar outras formas de comercialização da produção camponesa.

Sobre Mulheres e Jovens, tem-se a proposta de realização da caravana das Mulheres do Cerrado Diocese de Ipameri até a Arquidiocese de Goiânia, bem como, oficinas sobre plantas medicinais no Pré-Assentamento Ana Ferreira e no Acampamento Oziel Alves. Propõe-se também a valorização e divulgação da EFAORI e a efetivação de encontros entre as mulheres do município de Orizona e do Acampamento Oziel Alves.

Em suma, o propósito de sua criação em 1975 e suas ações subsequentes denotam a luta política ao lado dos sujeitos do campo na Amazônia e no Cerrado. Tais ações possuem uma dimensão educativa, tal qual defende Loureiro (1982) ao mesmo tempo em que forjam as (Re)Existências. Por meio dos seus eixos norteadores (Direitos Humanos e Diversidade Camponesa), por meio da Agroecologia, do incentivo à pluriatividade, da participação em feiras, pela garantia de acesso às políticas públicas (como Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa Nacional de Aquisição de Alimentos (PAA), por exemplo), por atuação juntos às comunidades atingidas pelo agronegócio, barragens e mineração, ou mesmo nos mutirões de recuperação de nascentes, por exemplo, a CPT tem consolidado sua contribuição em defesa dos povos do campo, na sua luta política pelo acesso e pela permanência na terra. Por meio de suas ações e eixos norteadores, tem promovido a transformação dos sujeitos e da realidade, sendo essencial destacar a dimensão educativa nesse interim.

Cada ação que a CPT desenvolve tem relação direta com o fazer camponês, evidencia uma cultura e uma determinada postura cuja atuação é parte da construção de uma consciência camponesa, ou seja, o movimento social em cada uma das ações citadas acima, em parceria com as comunidades camponesas, na luta pela permanência em seus territórios tem promovido a educação. Daí a dimensão educativa, nas práticas da luta política consolidada pela CPT, junto aos camponeses. A exemplo da sua atuação no conflito na Fazenda Vala do Rio do Peixe em Santa Cruz de Goiás.

O conflito na Fazenda Vala do Rio do Peixe em Santa Cruz de Goiás

Para a CPT (2019), os conflitos são:

[...] as ações de resistência e enfrentamento que acontecem em diferentes contextos sociais no âmbito rural, envolvendo a luta pela terra, água, direitos e pelos meios de trabalho ou produção. Estes conflitos acontecem entre classes sociais, entre os trabalhadores ou por causa da ausência ou má gestão de políticas públicas (CPT, 2019, p. 16).

Nessa perspectiva, o conflito na Fazenda Vala do Rio do Peixe em Santa Cruz de Goiás, envolve a luta por terra, ou seja, por território. De um lado estão os camponeses/posseiros, de outro o grupo capitalista, logo classes sociais distintas e antagônicas. Há uma disputa evidenciada no âmbito jurídico e político. Os camponeses estão diante de uma demanda judicial que ameaça a posse da terra. As ofensivas da classe dominante revelam a eminente possibilidade de despejo, ou seja, desterramento, logo, a desterritorialização descrita por Hasbaert (2004). A CPT se envolve na luta em parceria com os camponeses atingidos pelo conflito.

O conflito pela terra na Fazenda Vala do Rio do Peixe⁷ já se arrasta há anos e envolvem diversos interesses, expressando uma assimetria de poder entre os camponeses/posseiros que lutam para permanecerem na terra e o Grupo D’Roma, liderado pela empresária e deputada federal Magda Moffato. Os interesses diferenciados entre a compreensão da terra, enquanto condição de vida e terra para acumulação de bens e poder, podem ser mais bem compreendidos na reportagem:

Do lado dos pequenos agricultores: A Fazenda Vala do Rio do Peixe é uma propriedade do Estado de Goiás, de 250 alqueires, em torno a 1.250 hectares. Há cerca de 15 anos, a terra começou a ser ocupada por famílias, que dela tiraram seu sustento, fruto de muito trabalho. Em 2003, foi lavrado no Cartório de Pires do Rio (GO) a Escritura Pública de Declaração de Ocupação do Imóvel Rural. Em junho do ano seguinte, a Agência Goiana de Desenvolvimento Rural e Fundiário, Agência Rural, demarcou os 25 lotes da área, elaborando e entregando a cada família o respectivo mapa. Em 2006, a CELG estendeu a linha de energia a todas as propriedades.

Do lado da pretendente da área: Quem pretende a área é o grupo Roma Empreendimentos e Turismo Ltda., que segundo seu site, atua no setor Hoteleiro, de Viagens, Construção, Mineração e Imobiliário, na região das Águas Quentes de Goiás e é o maior e o melhor grupo hoteleiro do Estado. O grupo começou a ser formado em 1972 por Magda Mofatto Hon.

A proprietária atualmente é deputada federal pelo PTB de Goiás, e só tomou posse após a decisão do STF de não considerar válida a Lei da Ficha Limpa para as eleições de 2010. Ela também já foi prefeita de Caldas Novas. Iniciou seu mandato em 2004 e em 2006 a Justiça Eleitoral a afastou, sob denúncia de compra de votos. Conseguiu na justiça retornar ao cargo e governou por mais um ano, quando foi cassada. (Raiz Forte Notícias em 23 de março de 2012. Disponível

⁷ Mais informações estão disponíveis em: <https://www.raizforte.jor.br/2012/03/pastoral-da-terra-publica-nota-sobre.html>

em: <https://www.raizforte.jor.br/2012/03/pastoral-da-terra-publica-nota-sobre.html>)

No dia 9 de março, eles retornaram à área e ameaçaram as famílias de que se não deixassem o local, seus bens seriam colocados em caminhões e seriam leiloados. Um grupo de famílias, porém, resistiu e se reuniu em uma casa, com presença da imprensa e de representantes da Federação dos Trabalhadores da Agricultura no Estado de Goiás (Fetaeg). Então, o tom mudou e as ameaças se transformaram em uma proposta de reunião para se decidir o tempo que os posseiros ainda poderiam ficar no local. Disponível em: <https://www.raizforte.jor.br/2012/03/pastoral-da-terra-publica-nota-sobre.html>)

Segundo o Registro de Ocorrências da CPT (2023), em 15 de março de 2012

O pedido é rejeitado pelo juiz Ari Ferreira de Queiroz, o qual determina a continuidade do despejo, mediante alegação de “ausência de efetiva posse dos imóveis, pois nem sequer moram neles; aquisições recentes e perda de prazo de cinco dias”. Essa decisão judicial foi baseada em fotografias e relatos feitos pelo grupo empresarial interessado na área. A Irmã Maria Inês - agente da CPT Regional Goiás - se reúne com grupo de posseiros, na fazenda Vala, casa da Dona Fátima, também ameaça de despejo. Encaminhamento da reunião: - Solicitar que a CPT Regional Goiás se articule com órgãos e entidades em Goiânia, buscando reverter a situação das famílias; - usar a mídia local, regional e estadual para explicar quem são os grileiros da área; - buscar todas as alternativas para fortalecer a luta pela permanência das 25 famílias na terra; - pedir apoio a todas as Instituições que podem se somar nesta luta (Universidade, Igrejas, Sindicatos, etc); - denunciar à Defensoria Pública os abusos de poder cometidos pelos policiais, oficial de justiça e Empresários.

Nesse contexto tem-se a atuação da CPT, ao se reunir com os sujeitos atingidos pela disputa que coloca em risco a posse da terra. Ao promover o diálogo e o fortalecimento da comunidade, ao se posicionar e defender os direitos dos atingidos a partir da articulação com órgãos e entidades em nível local e regional, bem como, envolver a mídia e a comunidade em geral, na denúncia da grilagem de terra e na busca por alternativas pela permanência das famílias em seu território, promove o fortalecimento dessas 25 famílias atingidas. Esse processo promove a formação da classe camponesa a partir da luta política, fomenta a (Re)Existência camponesa no Sudeste Goiano.

Ainda em conformidade com o Registro de Ocorrências da CPT (2023), em 20 de março de 2012, a coordenação da CPT Nacional veicula uma nota pública e denuncia a omissão do Estado de Goiás que muitas vezes garantiu às famílias da fazenda Vala a regularização definitiva dos seus lotes e nunca o fez. Tal realidade impele as famílias a um

confronto direto e desleal com o capital. Denuncia também a decisão do juiz Ari que em uma ação contra o Banco de Desenvolvimento Econômico do Estado de Goiás aceitou que uma dívida fosse paga com uma área, sem averiguação prévia, já ocupada e trabalhada há anos por famílias que a partir dela, reproduzem-se socialmente.

Na íntegra, o depoimento da Irmã Maria Inês sobre a realidade das famílias ameaçadas de despejo:

“Trata-se de famílias muito simples e gente trabalhadora, as propriedades que visualizamos são bem cuidadas, com quintais em modelo de agroecologia, com diversidade de frutíferas, hortas, nativas do cerrado, e muitos pequenos animais. Todas as famílias têm um pequeno rebanho, tiram leite para o consumo e alguns fazem queijos, requeijões e doces para vender em feiras de Caldas Novas e Pires do Rio. A reunião foi na casa de Da. Fátima, uma senhora de 60 anos de idade, que tem um quintal exemplar, com muitas espécies frutíferas crioulas, mais de duzentos pés de café já em produção, conta ainda com três tanques de peixes para o consumo e para renda da família. Tudo isso feito pelo trabalho braçal. [...] todas as mudas de frutíferas e de café foram produzidas com sementes selecionadas por ela mesma e seu esposo e que ali tem muito carinho, muito amor e muita dedicação. Constatação: Embora faça parte do município de Santa Cruz, não tem nenhuma assistência da Prefeitura, as estradas estão sem nenhuma manutenção, os próprios moradores fazem os reparos com enxadão e enxadas. Não há presença de agentes de saúde na comunidade, as crianças são transportadas pelo transporte escolar da Prefeitura de Pires do Rio em condições precárias”.

Loureiro (1982) ressalta a relação partido/classe. Nesta pesquisa, pode-se pensar a relação movimento social (CPT)/classe (camponesa). Para a autora se destaca a questão da consciência de classe, da educação de uma classe para a autonomia numa situação concreta de luta. “A consciência de classe, aqui, é vista como um elemento dinâmico que é perceptível num momento de enfrentamento com outros interesses de classe” (LOUREIRO, 1982, p. 24).

Ou seja,

É a capacidade que os camponeses terão de analisar a situação concreta da luta e elaborar ações adequadas a seus interesses, independente das outras classes em conflito. A consciência de classe poderá estar presente num momento, e ausente em outro, numa mesma luta. Para que o camponês tenha consciência de classe é preciso que ele se desvincule de uma visão de mundo dominante e adquira uma visão própria de sua classe. É um trabalho de educação que leva o camponês a desvincular-se da forma como concebe o mundo, forma essa que não atende aos interesses de sua classe, e aprender uma nova forma, adequada a sua classe (LOUREIRO, 1982, p. 24).

Para Loureiro (1983), no processo de aprendizagem, o partido que representa uma classe oprimida tem uma função importante: desenvolver naquela classe uma capacidade de criticar a explicação difundida do real; liberá-la da forma dominante de pensar, porque esta corresponde aos interesses de outra classe, e não aos da sua. Neste caso,

[...] o papel do partido é desvendar as contradições da sociedade capitalista, é desmascarar a ideologia dominante; e facilitar aos representados a crítica da sua realidade e a aquisição da consciência de classe. Esta aquisição dá-se num processo de aprendizagem, de educação. Mas para que haja uma aprendizagem em direção à autonomia de classe, é necessário que os educandos participem de sua reeducação, que sejam sujeitos com autonomia de pensamento. E não simples recipientes de onde será tirada uma visão e depositada outra (LOUREIRO, 1982, p. 24).

Em 28 de março de 2012, Irmã Maria Inês visita novamente as famílias da Fazenda Vala do Rio do Peixe. Muitas pessoas disseram que caso o recurso seja negado, irão resistir na terra, pois se forem despejadas não têm para onde ir. Apesar de tudo, o grupo concorda em ficar bem unido e buscar alternativas coletivas.

De acordo com Loureiro (1982),

Representação só ocorre quando o partido compreende e sente os problemas da classe, a tal ponto que consiga explicitá-los; quando consegue explicitar para a classe aquilo que para ela está implícito; é sentido, mas não compreendido devido às contradições da sociedade, devido à sua condição de classe explorada. O partido, então, deverá possibilitar a compreensão dessa exploração e desvendar as contradições da sociedade (LOUREIRO, 1982, p. 25).

No dia 08 de maio de 2013, aproximadamente 500 pessoas entre os posseiros as famílias, a CPT Regional Goiás que acompanha o caso, e pessoas que identificam com a Luta manifestam no centro de Caldas Novas. O ato tem como objetivo tornar público as intenções da Deputada Magda Mofatto - acionista do Roma Empreendimentos - contra famílias de posseiros que vivem a mais de 20 anos na fazenda Vala, em Santa Cruz de Goiás e a ameaça de expulsão. Diante desta situação a CPT denuncia, em primeiro lugar, omissão do Estado de Goiás e denuncia o juiz que numa ação contra o Banco de Desenvolvimento Econômico do Estado de Goiás aceita que alegada dívida seja paga com uma área, sem averiguação prévia, já ocupada e trabalhada há anos por famílias camponesas.

Em 15 de julho de 2021, o processo judicial entende que o processo de registro do imóvel prescreveu, não cabendo analisar nulidade ou não. O grupo empresarial Roma Empreendimento disputa com os posseiros a área e apresentou documento de registro da área com possíveis irregularidades.

A dimensão educativa na atuação política da CPT

Loreiro (1982) entende que a Luta do Arrendo, engendrada em Orizona (GO) no início o dos anos 1950 possui um aspecto educativo, tendo o PCB como educador, ou seja,

desenvolve produção de conhecimentos na relação com o educando. Neste caso, os camponeses de Campo Limpo.

Educação é todo processo de aquisição de um modo de pensar e de fazer. É uma dimensão de toda a prática da vida humana. A educação, portanto, é libertada do seu espaço restrito, que é a escola, e colocada na vida, no dia a dia dos homens [...] Sem a educação, os homens estariam fadados ao recomeço. Não haveria a acumulação da aprendizagem e a possibilidade de a humanidade mudar conhecimentos e fazer novas descobertas. (LOREIRO, 1982, p. 115)

No caso específico de uma luta social, os trabalhadores vivenciam experiências que transformam a si mesmos e a sua realidade. Ao vivenciar estas experiências, o trabalhador estabelece relações com outros indivíduos, tanto da sua como de outras classes, frente a uma situação - concreta e específica. Destas relações resultam conhecimentos, resulta aprendizagem (LOUREIRO, 1982, p. 115).

Ainda de acordo com Loreiro (1982) a dimensão política na prática educativa está no poder de decisão dos camponeses, uma vez que estes são os sujeitos no processo. Ao se organizarem para resistir em seus territórios, os camponeses são preparados para o exercício do poder. A relação pedagógica leva à autonomia de classe. A educação promove a acumulação de aprendizagens e por isso, do conhecimento, uma vez que possibilita novas descobertas. Nesse aspecto, reside um importante elemento a ser observado – segundo a autora- sobre a relação entre o partido político e a classe. Acredita-se que tal elemento também precisa ser considerado ao analisar a relação pedagógica entre a classe e movimento social, na análise em construção nesta pesquisa. Isso porque

Numa luta social, o trabalho educativo por excelência é o de desenvolvimento e aprofundamento da consciência de classe, enquanto consciência de interesses comuns entre iguais em oposição a outros interesses de classe. Considerada essencialmente como um momento acirrado da luta de classes, numa luta social, a consciência de classe é o elemento a ser considerado como a matéria prima dessa ação educativa (LOUREIRO, 1982, p. 117).

No Sudeste Goiano, a coordenadora das atividades da CPT, na Diocese de Ipameri (GO)⁸, enfatiza o protagonismo dos sujeitos assistidos no campo, assim como a preconização das ações coletivas nas atividades e projetos desenvolvidos:

Nós ajudamos os grupos, fortalecendo o grupo, mas o potencial e o protagonismo são do próprio grupo [...]. A ideia nossa é sempre fortalecer as atividades no coletivo, nunca no individual [...]. Quando a gente trabalha no grupo, a gente sempre destaca essa necessidade de trabalhar no coletivo e, quem já tem essa ideia do

⁸ Irmã Maria Inês de Oliveira é coordenadora da CPT da Diocese de Ipameri (GO) há 20 anos. Agente da Comissão Pastoral da Terra/Diocese de Ipameri/Regional Goiás, atua nas Comunidades Camponesas, Assentamentos, Acampamentos, com Posseiros e Grupos de mulheres, na organização dos(as) trabalhadores(as) do campo por qualidade de vida, geração de renda e defesa dos direitos.

individualismo, não fica. Ou seja, ele por si só já sai. A gente trabalha essa política de fazer junto, de construir juntos e produzir juntos. Quando a gente coloca um equipamento lá, a gente faz para usarem juntos. Tem a pessoa que vai coordenar, mas ela vai administrar o coletivo⁹ (PESQUISA DE CAMPO, 2020).

Nessa perspectiva, a CPT os acompanha, não cegamente, mas com espírito crítico, e se destacou/se destaca pelo apoio e defesa dos direitos dos trabalhadores à terra, nas diversas situações de conflitos por terra, água, como no embate pela reforma agrária, na luta contra barragens e mineradoras. Ainda, na mobilização dos camponeses para o acesso às políticas públicas, na organização da produção e comercialização dos produtos, garantindo renda e maior estabilidade para as famílias, auxiliando-as na permanência na terra (CPT, 2020).

Logo, a atuação da CPT foi e é fundamental para agregar apoiadores, parceiros diversos, na medida em que, a Diocese de Ipameri na sua área de abrangência possui um histórico de ações, principalmente com a participação efetiva do Bispo Dom Guilherme Antônio Werlang¹⁰ que esteve nesta Diocese, de agosto de 1999 a fevereiro de 2018. Sua ação diocesana e pastoral apoiou as reivindicações dos sujeitos da terra, tendo grande importância nas ações políticas e jurídicas a favor dos atingidos pela UHE Serra do Facão, construída no município de Catalão/GO, mas que, atingiu outros municípios e mais de 600 famílias que foram expropriadas das suas terras de existência.

Essas posições políticas ficam evidentes no documento MENSAGEM DAS PASTORAIS SOCIAIS¹¹ assinados pelo Bispo da Diocese de Goiás Dom Eugenio Lambert Adrian Rixen - Presidente da Comissão Episcopal Pastoral para o Serviço da Caridade da Justiça e da Paz e pelo Bispo da Diocese de Ipameri Dom Guilherme Antônio Werlang - Referencial para as Pastorais Sociais da Regional Centro-Oeste.

Loureiro (1982) ressalta um aspecto da educação comumente esquecido, mas que é lembrado por Brandão (1980): "todo processo educativo tem uma dimensão cultural instrumentalizadora, que responde às necessidades gerais da pessoa e da sociedade. Mas o processo educativo recobre também uma dimensão política" (BRANDÃO apud LOUREIRO, 1982, p. 103).

No caso de uma luta social,

Os trabalhadores vivenciam experiências que transformam a si mesmos e a sua realidade. Ao vivenciar estas experiências, os trabalhadores estabelecem relações com

⁹ Irmã Inês.

¹⁰ Mais informações em: <https://diocesedeipameri.com.br/quartobispo/>.

¹¹

Disponível

em:

https://drive.google.com/file/d/0B0dbqbVIY_05TFRUUGkwTGNpWGtJUV9xbXVHRXJMdVpWcmow/view

outros indivíduos, tanto na sua como de outra classe frente a uma situação concreta e específica. Destas relações resultam conhecimentos, resultam aprendizagens (LOUREIRO, 1982, p. 106).

A luta pela permanência e pelo acesso à terra são permeadas pela ação educativa, impetradas pelos movimentos sociais, tais como a CPT, por exemplo. Na pesquisa documental realizada na sede da CPT, pode-se analisar as relações pedagógicas estabelecidas durante a luta. Nesse caso, o papel educativo da CPT.

A forma como a CPT acolhe a luta dos camponeses da Vala do Rio do Peixe pela sua permanência nas terras, demonstra que esse movimento social foi intérprete dos anseios camponeses. Os camponeses passaram a se reunir e unir em função de uma necessidade que ultrapassa o âmbito individual ou familiar, ampliando para a coletividade, ou seja, para uma classe. Assim, a CPT conseguiu envolver os camponeses nas atividades de organização, garantido o poder de decisão de tais sujeitos. A urgência nas ações, diante da iminente possibilidade de despejo, fez com que os camponeses agissem de forma ágil e para isso, contaram como poder de articulação da CPT.

Considerações

O Sudeste Goiano é uma região hegemônica pelo Agrohídronegocio. Todavia, essa hegemonia não significou/a homogeneização dos territórios. Pelo contrário, notam-se conflitos e contradições que requerem um olhar mais atento das pesquisas comprometidas com a realidade concreta. Nota-se a territorialização da agricultura capitalista e das atividades mineradoras, mas fica evidente também a existência dos camponeses, revelando a diversidade, as contradições e os conflitos nos territórios hegemônicos pelo agrohídronegocio. Tal *Existência* está imbricada às *Resistências*, às lutas para continuar existindo, o que configuram as *(Re)Existências*. Estas lutas, possuem também a dimensão educativa, como toda prática política. Ao ingressarem na luta, os camponeses e trabalhadores rurais se enxergam enquanto sujeitos históricos, adquirem consciência de classe e tem a sua relação entre si e com a realidade concreta, transformadas.

Os movimentos sociais são importantes mecanismos na construção das *(Re)Existências* camponesas no Sudeste Goiano. Comissão Pastoral da Terra (CPT) acompanha os camponeses nas suas *(Re)Existências*, com espírito crítico, e se destacou/se destaca pelo apoio e defesa dos direitos dos trabalhadores à terra, nas situações de conflitos por terra, água, como no embate pela reforma agrária, na luta contra barragens e mineradoras.

Ainda, na mobilização dos camponeses para o acesso às políticas públicas, na organização da produção e comercialização dos produtos, garantindo renda e maior estabilidade para as famílias, auxiliando-as na permanência na terra.

Na Fazenda Vala do Rio do Peixe há um conflito por terra. Conflito esse que se instala a partir da ofensiva do capital sobre os territórios camponeses, no sentido de expropriá-los, expulsá-los de seus territórios de vida e trabalho. Uma situação recorrente no Brasil, em Goiás e no Sudeste Goiano. Ao longo da história, esses conflitos - que revelam a luta de classes no campo - tem provocado nos camponeses e demais atingidos pelo agrohidronegócio a necessidade de Resistir para continuar Existindo. As estratégias de resistência e de luta pelo acesso e pela permanência na terra tem mobilizado esses sujeitos para a luta política que ocorre por meio do trabalho, das práticas socioculturais, das práticas coletivas e dos movimentos sociais. Essas estratégias, então, promovem as chamadas (Re)Existências e ao mesmo tempo preconizam a educação, uma vez que também constroem conhecimentos, experiências e consciência de classe.

Pensar a dimensão educativa da luta política é um exercício que requer o reconhecimento da educação em sentido amplo, ou seja, para além dos âmbitos institucionais, assim como alerta Loureiro (1982). As metodologias utilizadas pela CPT possibilitam a educação e a formação dos sujeitos envolvidos na luta pelo acesso e pela permanência na terra. Com isso, acredita-se que ocorre a aprendizagem, o que evidencia a consolidação da educação na luta política e a política como prática educativa.

O diferencial nesse esforço intelectual que ora se propõe está em reconhecer o potencial da educação na (Re)Existência camponesa, ao mesmo tempo em que a própria (Re)Existência resulta de um processo educativo. Nesse caso, a CPT - como movimento social - consolida o seu papel de educador e os camponeses - como classe social - confirmam-se como educandos. A partir da luta, a educação se realiza, a (Re)existência camponesa também.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Janaine Daniela Pimentel Lino. **As (Re)Existências camponesas nos territórios hegemônicos pelo agrohidronegócio em Goiás**. 2021. 251 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Goiás, 2021.

FABRINI, João Edmilson. Movimentos Sociais no campo e outras resistências camponesas. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. **Campesinato e territórios em disputa**. Expressão Popular: UNESP, 2008.

GÖRGEN OFM, Frei Sérgio Antônio. **Os novos desafios da agricultura camponesa**. 2.ed. 2004.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

LOUREIRO, Walderes Nunes. **O aspecto educativo da prática política: a luta do arrendo em Orizona**. Dissertação (Mestrado em Educação) - FGV - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1982.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no cerrado do Sudeste Goiano**. 459 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade de São Paulo, Presidente Prudente, 2004.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues; MESQUITA, Helena Angélica de. O agro-hidro-negócios no cerrado goiano: a construção das (re)sistências. **Anais... II ENCONTRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E DE BARRAGENS** – Salvador, 2007.

MISNEROVICZ, José Waldir. O papel dos acampamentos na luta pela terra. In: VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária. **Anais... GT 6 – Debatendo a(s) reforma(s) agrária(s) e os assentamentos rurais** ISSN: 1980-4555. Disponível em: https://singa2017.files.wordpress.com/2017/12/gt06_1507224996_arquivo_trabalhosinga1.pdf f. Acesso em: junho de 2021.

NASCIMENTO, Aline Cristina; MAURO, Rogério; MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. A modernização do território goiano e a construção de (Re)Existências. In: **Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais**. v.6, n.2, p.66-83, Ago./Dez., 2017. ISSN 2238-3565

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Palestra: **Agro-negócio e Soberania Alimentar**. USP: São Paulo, 2005.

Janaine Daniela Pimentel Lino Carneiro

Possui graduação (Licenciatura e Bacharelado) em Geografia pela Universidade Federal de Goiás/ CAC (2004/2005). Mestrado em Geografia- Geografia e Ordenamento Territorial pela Universidade Federal de Goiás Campus Catalão (2013). Foi Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto de Corumbáiba (2017-2018). Atualmente é professora da Universidade Estadual de Goiás (UEG) - Campus Morrinhos, Presidente do Conselho Municipal de Educação e Professora do Sistema Municipal de Ensino de Corumbáiba. Doutora em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais (IESA/UFG).

Email: janaine.carneiro@ueg.br